



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ACTA n.º 10

QUADRIÉNIO 2009 – 2013

(Art.º 56º a 60º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro)

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Manuel Rios da Fonseca Leal, Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

----- **Ponto número um** – Período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto número dois** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal; -----

----- **Ponto número três** – Proposta de delegação de competências do Município para a Junta de Freguesia de Vila Franca das Naves tendo em vista a reparação da estrada municipal de Vila Franca das Naves ao limite do concelho de Celorico da Beira com a consequente transferência do valor previsto no orçamento. -----

----- **Ponto número quatro** – Proposta de subscrição de manifesto sobre a Escola Pública. -----

----- **Ponto número cinco** – Período destinado ao público. -----

Depois de assinada a folha de presenças para verificação de quórum, constatou-se a falta dos deputados, Maria Emília Tracana Alves, Rogério Paulo Pires Tenreiro, Américo Carvalho Mendes, substituído por Sandra Ribeiro e Mário do Carmo Lopes Castela, membros do Grupo Municipal do Partido Social - Democrata, e José Jorge dos Santos Carvalho e António Augusto Rocha Rua, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, faltas essas devidamente anotadas, assim como as registadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia de Moimentinha, António Duarte Gomes; de Santa Maria, Amélio Manuel Martins Nunes Salvador, substituído por Hélder Jorge Baptista; de Sebadelhe da Serra, Joaquim Gomes Bernardo; de Tamanhos, Nuno Filipe Cardoso Morgado; de Terrenho, Amílcar César dos Santos, substituído por Fernando Osório Santos; e de Vila Garcia, Nuno Miguel Pereira Caetano. -----

----- Consideram-se ainda faltosos, nos termos do nº2 do Art.º 30º, do Regimento da Assembleia Municipal – o qual prevê que: “*Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo*”, o deputado municipal João Paulo Rodrigues Matias, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista e o Sr. Hélder Jorge Baptista, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria-----

----- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Sr. Presidente do Município, Dr. Júlio Sarmiento, bem como os vereadores, Dr. António Oliveira da Silva, Eng.º João Carvalho, Prof. Amílcar Salvador, António Manuel Gomes do Nascimento e Dr.ª Ivone dos Santos Mouco. -----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão pondo à discussão as actas apresentadas. Colocou à discussão a acta da sessão extraordinária realizada em Novembro. -----

----- Interveio o deputado Luís Castro Ribeiro, referindo que na página 20 onde consta “se procurarmos em mobiliárias...” o vocábulo “mobiliárias” deve ser corrigido para “imobiliárias”. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga, referindo que lhe custa que haja elementos desta Assembleia que sempre

foram muito críticos relativamente à forma como as actas são elaboradas, que o não digam, pois continua a entender que a forma como são elaboradas as actas, não é a mais correcta. Uma acta não deve ser um diário das sessões onde é reproduzido aquilo que se diz, mas sim o seu conteúdo e forma em estilo de acta. Deparamo-nos com discursos directos e indirectos na mesma frase. Se toda a gente entender que esta é a forma de fazer actas, deixa de comentar, embora haja deputados, como César Prata, que era uma pessoa muito crítica, que sejam incapazes de referir o que quer que seja, sobre a forma como as actas continuam a ser elaboradas. -----

----- O Presidente da Mesa chamou a deputada Adelina Vaz para substituir o segundo secretário da Mesa da Assembleia que faltou, para que a mesma ficasse legalmente constituída. Em resposta ao deputado Amaral Veiga, disse que as criticas feitas, vão entendê-las até como um elogio à maneira como as actas são elaboradas, porque não desvirtuam o sentido. Parece-lhe que estruturalmente nas actas já não há muito a criticar e pensa que na altura em que o deputado César Prata falava, as actas levariam erros ortográficos, má construção de frases, etc. Fique-se com a consciência de que ninguém pôs em jogo o desvirtuar uma ideia, ou alterar –se um sentido. De qualquer maneira, a Mesa irá reunir sobre o assunto porque não quer estar constantemente a ser alvo de críticas. -----

----- O deputado Amaral Veiga mencionou que depreendeu das palavras do Presidente da Mesa que não se justifica a critica que fez. Disse que se o Presidente da Mesa da Assembleia entende que as actas estão a ser bem elaboradas, quem é ele para comentar o que quer que seja, mas continua a entender que não é a forma de elaborar uma acta. Não é só a questão do discurso directo, é que ao mesmo tempo numa frase temos discurso directo e indirecto e isso, do ponto de vista do português, parece-lhe completamente errado. -----

----- Interveio o primeiro secretário da Mesa, deputado Leonel Cruz, mencionando que o deputado Amaral Veiga deve desconhecer que há o discurso directo livre, que é precisamente uma mistura de discurso directo com discurso indirecto. Disse que para haver discurso indirecto era preciso que o interlocutor estivesse a falar na primeira pessoa. Gostava que o deputado lhe dissesse em que ponto da acta está essa situação, os interlocutores a falarem na primeira pessoa. -----

----- O deputado Amaral Veiga questionou o deputado Leonel Cruz se acha correcto que esteja: “interveio o deputado Amaral Veiga que disse estamos...”, sem abrir aspas nem dois pontos. -----

----- O primeiro secretário pediu ao deputado Amaral Veiga que lhe indicasse em que parte ou partes da acta se encontram essas incorrecções. -----

----- Não havendo mais intervenções e colocada a acta da sessão extraordinária realizada em Novembro a votação, a mesma foi aprovada por maioria com 3 abstenções. De seguida, o Presidente da Mesa colocou também a acta da sessão da Assembleia Municipal de Dezembro à discussão. Não havendo intervenções, e colocada a votação, a mesma foi aprovada por maioria com duas abstenções, sendo indicado, como justificação para as abstenções, o facto de que os deputados que se abstiveram, não estiveram presentes nessas sessões. O Presidente da Mesa informou também que a Assembleia Municipal recebeu um manifesto que iria ler e depois discutir e votar. Passou a ler o referido manifesto que irá ser transcrito na íntegra:

“ MANIFESTO

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!

A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de 803 milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros, e de forma tão violenta, impede que se cumpra adequadamente a missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos!

É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento, que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”

Mais disse que este Manifesto foi promovido por várias entidades como a FRENPROF, a ASPL, FENEI, etc. De seguida abriu espaço para intervenções. -----

----- Interveio a deputada Luísa Gil, referindo que este assunto é mais pertinente, muito mais importante do que aquilo que aparenta, e, por um simples extracto do manifesto, porque o conhece e é muito mais completo do que aquilo que foi apresentado, não lhe parece que se possa tomar qualquer posição, entendendo que é um assunto que poderá vir a ser integrado num ponto da ordem de trabalhos numa futura sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O Presidente da Mesa disse que lhe foi solicitado apresentar este extracto, e caso seja aprovada a sua subscrição com o consentimento dos deputados municipais, dará conhecimento às entidades a que o mesmo é dirigido, de que a Assembleia Municipal também subscreveu o manifesto em causa. -----

----- A deputada Luísa Gil questionou se se pretende subscrever a intenção ou o acordo com aquilo que foi apresentado. -----

----- O Presidente da Mesa disse que pensa que terão de subscrever o teor do Manifesto. -----

----- A deputada Luísa Gil disse então que pensa que o teor do Manifesto tem muito défice de informação para o poderem entender, dado que é um assunto extremamente importante e que para o futuro terá muita importância mesmo nas relações do Município com os devidos parceiros educativos, pelo que no seu ponto de vista, o que foi apresentado é insuficiente. -----

----- Usou da palavra o deputado César Prata, referindo que esta questão parece-lhe simples. Trata-se de um manifesto proposto pelas entidades que estão no documento. A Assembleia Municipal votará, ou não, esse manifesto para que o nome da Assembleia Municipal de Trancoso se encontre, ou não, entre os subscritores. Se os proponentes mandaram esse manifesto, é porque entenderam que os deputados desta Assembleia terão capacidade de, pela leitura do mesmo, se pronunciarem e ter uma opinião acerca disso. -----

----- Usou da palavra o deputado Leonel Alves, referindo que pensa que este assunto é completamente despropositado para ser discutido neste âmbito, pois, futuramente, poderá trazer um manifesto da ordem dos advogados ou outra coisa

qualquer para ser discutida. Não vamos transformar esta Assembleia, que essencialmente pretende discutir os assuntos do Município e tratar coisas vagas do país, dando acolhimento a esta ou outra associação ou sindicato, por uma coisa sem interesse e sem que esta Assembleia possa ter qualquer influência na aprovação ou desaprovação do que quer que seja. Com isto, irá desvirtuar-se o sentido desta Assembleia, não querendo dizer que não se fale aqui de assuntos de ordem nacional, mas não de uma forma acentuada. -----

----- O Presidente da Mesa disse que discutir Educação numa Assembleia Municipal não é propriamente um disparate. Este assunto é um dos que muitas vezes é aqui debatido, dando como exemplo o debate feito sobre a Educação, referindo que estar na Assembleia Municipal a discutir uma comunicação da ordem dos advogados ou da ordem dos médicos será uma situação um pouco diferente. Aquilo que vê é que um conjunto de sindicatos, entre outras entidades, apresentou um manifesto, relativamente ao qual solicitou que, com base no extracto apresentado, este fosse subscrito ou não por esta Assembleia. Acha que esta se deve pronunciar, ou no sentido de não subscrever, ou no sentido de manifestar o seu apoio. -----

----- Interveio o deputado João Baptista, referindo que face à situação posta sugerida à Mesa, se assim o entender, no momento que achasse oportuno, criasse cinco minutos de suspensão dos trabalhos para que as duas bancadas pudessem lidar com esta questão e, depois, trazer este assunto à Mesa porque lhe parece que há aqui um vazio de conhecimento. -----

----- O Presidente da Mesa referiu que têm de tomar uma posição sobre este manifesto, seja ela qual for, e aceitará o pedido do deputado João Baptista, se esse for o desejo de ambas as bancadas. -----

----- Interveio novamente o deputado César Prata, referindo que acha se as pessoas não têm qualquer capacidade e discernimento para votar, que se abstenham, ou se as pessoas têm algum problema de votar na política educativa do Governo do PS, mas o que está em causa neste manifesto diz respeito a todo o país. Hoje a política educativa do Ministério da Educação passa pelas autarquias. Não está a ver nenhum problema em votar este Manifesto, o grupo municipal do PS já aqui votou uma vez, de uma forma mais ou menos similar, ao que está a acontecer contra o mega agrupamento e contra as portagens. Disse que temos de assumir as nossas convicções e votar a favor ou contra. Se não temos opinião, há a abstenção. -----

----- A deputada Luísa Gil disse que crê que está aqui uma confusão entre um processo que é mais formal, sobre o ponto de vista de se apresentar um manifesto em qualquer Assembleia, ou qualquer outra circunstância, e aquilo que é o conteúdo que pode ser discutido. Pensou que isto era para agendar posteriormente, e aí sim, com todas as entidades envolvidas, de maneira a tratar este assunto com a importância que ele merece. Obviamente, que aquilo que aqui está em causa é realmente muito importante, mas só que aquilo que foi apresentado não é o suficiente para que todos possam perceber o que ainda está por detrás disto. -----

----- O Presidente da Mesa disse que recebeu o comunicado onde se diz “caso a Assembleia aprove a subscrição”. Acha que os três parágrafos do Manifesto resumem em síntese aquilo que se pretende em relação à Educação e, por isso mesmo, a Assembleia Municipal vai tomar uma atitude. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga, referindo que o Presidente da Mesa acabou de dizer que esta Assembleia vai ter de se pronunciar. Questiona quem é que do Grupo Municipal do PS ou do PSD, propôs esta tomada de posição da Assembleia Municipal, parecendo que basta uma carta que venha de um grupo qualquer para ser debatida neste lugar. ----

----- Interveio o deputado José Nascimento, presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, referindo que concorda com as opiniões manifestadas, e, em especial, a apresentada pela deputada Luísa Gil, pois é um assunto demasiado importante para ser tomada uma decisão de ânimo leve. Acredita que seria justo este manifesto incluir as preocupações da Escola, e não apenas da Escola Pública porque também existe a Escola Privada que é muito útil à sociedade. Acredita que fosse um bom gesto a Assembleia tomar conhecimento disto, mas não votar, porque pode-se tomar uma posição de voto que possa não corresponder à vontade dos presentes. Acredita que aqueles que têm manifestado o despropósito da votação não é porque discordem do assunto, mas porque foi apresentado de uma maneira tão rápida que não houve tempo para discussão. Na sua opinião a Assembleia tem conhecimento do caso, mas não o deve encerrar por agora, com a sua votação. -----

----- A deputada Maria Conceição Alexandre interveio, referindo que quer uma pessoa concorde ou não com todas as frases, há sempre aqui um ponto principal, que é o de defender a escola pública. Sugeriu que tapassem as entidades promotoras e só se manifestassem no teor deste manifesto. A educação faz parte de Trancoso, faz parte desta Assembleia. -----

----- O Presidente da Mesa disse, relativamente à questão do deputado Amaral Veiga, que não é necessário um assunto fazer parte da ordem do dia para se discutir. Mereceu a sua atenção a intervenção do Sr. José Nascimento de podermos chegar à conclusão que estes elementos que aqui estão serão insuficientes para que a Assembleia Municipal tome uma tomada de posição sobre o manifesto que aqui está. Questionou o Presidente do Município, uma vez que falam em autarquias, se queria dar uma opinião. -----

----- O Presidente do Município disse que gostaria de pedir o agendamento de mais dois pontos na ordem de trabalhos. Primeiro, o presente manifesto, porque a circunstância de haver um nítido ataque à escola pública pelos cortes financeiros, extravasa para a Câmara Municipal e para a Empresa Municipal. Criam problemas aos alunos ao nível da qualidade de ensino e vão limitar a capacidade da própria escola, como se irá ver, até na inter-acção da comunidade. Afirma que estamos num contexto em que julga que isto já lá não vai com paninhos quentes, e por isso pede o agendamento da proposta de subscrição deste manifesto sobre a Escola Pública. Em segundo lugar, o agendamento de uma proposta de delegação de competências do Município para a Junta de Freguesia de Vila Franca das Naves, tendo em vista a reparação da estrada municipal de Vila Franca das Naves ao limite do concelho de Celorico da Beira, com a consequente transferência do valor previsto no orçamento. -----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação a proposta da inclusão do ponto três, relativamente à delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Franca das Naves, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Colocada a proposta de inclusão do ponto sobre a subscrição do manifesto sobre a Escola Pública, a mesma foi aprovada com 14 votos contra, 1 abstenção e 33 votos a favor. Deu a palavra ao deputado Amaral Veiga para efectuar uma declaração de voto. -----

----- Este mencionou que o grupo municipal do PS votou contra, não porque tenha algum reboço em discutir a Escola Pública. A única razão foi uma questão formal, pois foi dito aqui que era uma proposta do Executivo quando este nem tinha isso em perspectiva. Não foi o Executivo que propôs, mas sim o Sr. Presidente da Câmara para salvar a posição do Sr. Presidente da Assembleia e assim transformava uma vontade própria numa proposta do Executivo que nem sequer passou por qualquer membro do Executivo, nem numa reunião da Câmara Municipal. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria dar início ao **ponto um** da ordem de trabalhos. -----

----- Usou da palavra o deputado José Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, referindo que a obra inaugurada do Quartel dos Bombeiros de Vila Franca das Naves dignifica os bombeiros, a freguesia de Vila Franca das Naves, a Câmara Municipal de Trancoso e o Governo. Há um mês que assistiu ao lançamento da primeira pedra para a construção do Quartel de Bombeiros em Sernancelhe com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna, e na altura, falou com ele e disse-lhe que era bom que fizesse o mesmo em Trancoso. Uma vez que o Quartel dos Bombeiros de Vila Franca das Naves foi inaugurado, acredita que muito breve estejamos a assentar a primeira pedra para a construção do quartel de bombeiros em Trancoso porque bem precisam e merecem. Em relação à Feira do Fumeiro, disse que foi um exemplo positivo a forma como foi organizada e de como as pessoas aderiram. Posto isto, mencionou que hoje é a primeira vez que este Órgão Autárquico se reúne neste ano de 2011, ano em que todos os indicadores apontam como sendo um ano muito difícil para os Portugueses, a quem tudo será exigido, em termos de impostos, contribuições e contenções, ao contrário dos benefícios, assim como as receitas que são cada vez mais reduzidas e exíguas. Muitos são os analistas, comentadores e políticos que se referem ao Interior como uma parte do território nacional com franco e avançado índice de desertificação, de abandono, de despovoamento e cada vez mais desprovido de potencial apetência de investidores. Todos sabem disso, muitos são os que têm, (ou parece terem) ideias brilhantes, com excelentes soluções para combater as causas e reduzir ou atenuar os efeitos negativos das assimetrias existentes entre o interior, o litoral e as metrópoles citadinas. Em teoria, tudo parece harmónico e de fácil resolução. Quando descemos à realidade, verificamos que muito se diz e pouco se faz para que não existam portugueses de 1.^a e portugueses de 2.^a. Nós, que sentimos na pele essa diferença de classes e de tratamento, sentimos, sofremos e, por vezes, acomodamo-nos, resignamo-nos e pouco fazemos. Deixamo-nos arrastar pela corrente do facilitismo, do deixa andar, esperando que sejam os outros a resolver um problema que, sendo de todos, é muito mais nosso porque nos afecta directamente. Trancoso, ao longo da sua história, tem demonstrado saber unir os trancosenses em torno de causas justas, comuns e colectivas. E, com a sua união, tem conseguido unir esforços, cerrar fileiras, ganhar conquistas e somar vitórias. Foi assim no passado, seria bom que fosse assim no presente e que os bons exemplos sejam repetidos no futuro.

Nenhum de nós deve sentir-se deprimido ou complexado por ser trancosense e aqui residir. Pelo contrário, deve sentir orgulho, deve ser patriota, mas também deve ser bairrista. São valores que ficam bem e dignificam qualquer trancosense, independentemente de quais foram os motivos ou as razões que contribuíram para a fixação nesta parcela do território português. Pouco importa também procurar os culpados da crise e, muito menos, tentar condená-los. Ao invés, importa sim, procurar soluções para a resolução dos nossos problemas. Não será fácil. Todos temos noção disso. Mas será muito mais difícil, se faltar a união, a coesão e o sentido patriótico e bairrista que deve existir em todos os trancosenses. O momento que atravessamos é de extrema incerteza e complexidade a vários níveis. Existe um elevado défice de valores morais, culturais, familiares, sociais, económicos, políticos e mesmo doutrinários. Ignorá-los não é resolvê-los. Temos consciência da falta de capacidade para a sua resolução. Contudo, é nosso dever dar um contributo positivo. A nossa micro-região, que agora passa a poder usufruir de boas acessibilidades, vê-se confrontada com outras adversidades, comparativamente ao litoral e às grandes cidades, por via das amplitudes térmicas (mais frio no Inverno e mais calor no Verão), agravadas pela proximidade relativa à fronteira espanhola, onde o código contributivo é mais suave, limitando o sistema concorrencial entre Portugal e Espanha. Tomemos apenas dois exemplos. A taxa normal do IVA (Portugal, 23%,

Espanha, 18%) e o preço dos combustíveis que, em Espanha, custam menos 46 cêntimos em média por litro. Com estas diferenças, não há concorrência possível. Da pesca à agricultura, dos transportes ao turismo, todos os sectores estão em completa agonia. Assistimos, por isso, a uma degradação do tecido empresarial, a um desinvestimento e a falências em catadupa. O desemprego aumenta, os juros sobem, os apoios sociais e as receitas autárquicas descem, o poder de compra reduz, os jovens, os técnicos e a massa produtiva emigra. Assim está a nossa região, cada vez mais despovoada, desertificada e empobrecida. Como tudo isto não chegasse, junta-se agora a introdução de portagem nas ditas SCUT's (A23 e A25), eixos rodoviários essenciais para a nossa região. As concessões SCUT resultam de um conceito introduzido e sufragado por voto popular, pelo XIII Governo Constitucional em 1997, consistindo em auto-estradas em que o Estado se substitui ao utilizador no pagamento de portagens, um regime denominado "sem custos para o utilizador". Enquanto que, no caso das auto-estradas com portagens, é o utilizador da infra-estrutura que financia a construção, exploração e manutenção, no modelo SCUT, em princípio, seriam todos os contribuintes que, através dos impostos, suportariam o investimento, bem como as actividades de exploração e manutenção. Com a introdução deste modelo, o Governo proporcionou um aumento da qualidade de vida dos portugueses, através da criação, ajustada aos desígnios de coesão nacional, de um sistema de mobilidade mais solidário, com mais conforto, mais segurança, menos tempos totais de deslocação e maior fiabilidade. O sistema de transporte foi, então, considerado o factor determinante de coesão social e territorial e da competitividade do País, tendo em atenção as necessidades de uso e o equitativo e solidário tratamento de todos os cidadãos na garantia da sua mobilidade, melhorando a relação espaço/tempo associada aos principais eixos longitudinais e transversais do País, tendo sido dada prioridade às ligações ao Interior, no sentido de promover a coesão nacional e o combate à desertificação. Este programa, devidamente validado nas urnas, defendeu que as referidas vias deveriam permanecer sem portagens enquanto se mantivessem as condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implementação, quer no que se refere aos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das regiões em causa, quer no que diz respeito às alternativas de oferta no sistema rodoviário. Neste programa ficou expresso que a introdução de portagens nas SCUT's, nos casos em que tal se passasse a justificar (...) teria que obedecer a um conjunto de indicadores que consideraram ser aqueles que melhor permitiam retratar de forma fidedigna a realidade socioeconómica das várias regiões servidas pelas SCUT's, bem como as respectivas vias alternativas, permitindo, dessa forma, implementar critérios de discriminação positiva mais justos e eficazes ao longo do tempo, que são:

Critério 1 – Índices de disparidade do PIB per capita regional (deverão ser discriminadas positivamente as concessões SCUT em que o PIB per capita das regiões servidas da sua área de influência seja inferior a 80% da média nacional);

Critério 2 – Índice por Poder de Compra Concelhio (deverão ser discriminadas positivamente as concessões SCUT em que o IPCC dos concelhos da sua área de influência seja inferior a 90% da média nacional).

Critério 3 – Tempo de percurso das vias alternativas (o valor obtido entre o tempo de percurso nas vias alternativas e o tempo de percurso da SCUT não pode ser superior a 130%).

Dos estudos realizados até esta data, ficou bem patente a impossibilidade de introdução de portagens nas concessões da Beira Litoral e Alta (A25) e Beira Interior (A23), uma vez que a grande maioria dos critérios definidos não se encontram cumpridos, especialmente no tocante ao PIB e às vias alternativas. No entanto, e apesar de tudo isto, elas aí estarão a partir de 15 de Abril. Mais uma vez podemos dizer que não vale a pena procurar de quem é a culpa. Neste processo, não

há inocentes. Uns porque invocam o princípio da universalidade, outros porque justificam com o princípio da necessidade. E, nós, nesta encruzilhada, se não formos unidos ao ponto de fazer ouvir a nossa voz, bem temos que pagar. Admitindo ser impossível inverter e anular este processo, julgamos ter pelo menos o direito de, nestas vias, haver uma discriminação positiva no valor a pagar. Ou seja: em vez dos 8 cêntimos por km, poder ser reduzida para metade (4 cêntimos/km). -----
Para mostrarmos a nossa indignação e fazermos chegar a quem de direito a nossa voz, apresentou uma moção que passou a ler e irá ser transcrita na íntegra: -----

“MOÇÃO CONTRA A INTRODUÇÃO DE PORTAGENS NA A23 e A25

Considerando o acelerado processo de despovoamento do interior do País;

Considerando o agravamento do desemprego e da competitividade do tecido empresarial do Distrito da Guarda decorrente da crise económica que se faz sentir;

Considerando os sensíveis desequilíbrios dos sistemas fiscais nas regiões de fronteira que prejudicam as empresas e os cidadãos do distrito da Guarda;

Considerando que a permeabilidade da fronteira é condição de dinâmicas de desenvolvimento;

Considerando, finalmente, que o Governo decidiu introduzir portagens na A23 e A25, com a previsão de preços incomportáveis pela economia familiar dos cidadãos do Distrito,

A Assembleia Municipal de Trancoso reunida em sessão ordinária deliberou PROPÔR:

1- **A revogação da decisão do Governo de introduzir portagens na A23 e A25;**

2- Solicitar aos Deputados eleitos pelo Distrito, o desencadear de todos os mecanismos legislativos tendo em vista a revogação daquele diploma.

Sem condescender:

3- A redução dos preços previstos para as portagens naqueles percursos;

4- A alteração das condições impostas aos cidadãos não nacionais, verdadeiramente desencorajadoras da sua deslocação ao nosso País;

5- O agendamento de uma reunião que envolva os Autarcas dos Distritos da Guarda, Viseu e Castelo Branco, os Deputados eleitos por estes distritos, bem como as Associações Empresariais, tendo em vista a reflexão sobre esta problemática.

Assembleia Municipal de Trancoso

28 de Fevereiro de 2011”-----

----- O Presidente da Mesa abriu espaço para intervenções, para os deputados tomarem uma posição sobre esta Moção. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, mencionando que relativamente à Moção apresentada e ao seu princípio, é favorável a ele, é contra as portagens nestes itinerários falados. Fez, inclusive, exposições escritas em nome da Junta de Freguesia em relação ao assunto, e quanto a isso não estará em causa a votação. Todos sabemos que a proposta inicial do Governo PS era isentar estes itinerários. Estes, só estão agora a ser portajados por força e imposição do PSD, e há que assumir isso. Considera que terá de haver uma modificação na Moção porque se num dos pontos se defende a revogação e depois se defende a negociação, algo terá de ser excluído. -----

----- Usou da palavra o deputado Amaral Veiga, referindo que todos se recordam que o PS era contra a introdução de

portagens na A23 e na A25. Pretendia-se, sim, portajar aquelas SCUT'S em zonas mais desenvolvidas e nunca no Interior, porque sempre se recorda do primeiro-ministro António Guterres afirmar que eram estradas da solidariedade com o Interior. Por necessidade de acordar com o PSD, assim chegamos a esta situação. Pensa que deviam pugnar pela revogação pura e simples e não a redução nos preços. -----

----- Interveio o deputado José Nascimento, referindo que colocou as duas hipóteses, porque acredita que a hipótese radical não resulta. Mas se entenderem que deve ser só a revogação, concorda. -----

----- Usou da palavra o deputado Paulo Amaro, referindo que queria fazer um pequeno reparo à intervenção do deputado Amaral Veiga, porque este deixou a sensação que as portagens surgiram em resultado do acordo celebrado entre o PS e o PSD relativo ao PEC. Na realidade, o que importa perceber, é o porquê da necessidade de introduzir o pagamento de portagens. Na sua opinião, o que se passa neste momento é que todos nós, portugueses, estamos a pagar duas vezes pelas mesmas infra-estruturas, ou seja, nos impostos, e agora também nas portagens; desde logo porque estamos a pagar dois impostos, o ISV e o Imposto Único de Circulação, os quais foram instituídos na reforma da tributação do sector automóvel efectuada no anterior Governo do Eng.º Sócrates, em meados do ano de 2007 e 2008. Pese embora a mais ou menos prosaica tentativa de explicar que esta alteração legislativa também tinha em si uma preocupação ambiental no sentido que o valor do imposto pago pelos carros, em parte é calculado em função das emissões de CO2, na realidade, isto comporta menos 5% do valor do imposto, e o que estava implícito nessa alteração legislativa era o aumento de receita. De facto, com esta alteração que foi feita em 2007/2008, comparativamente com o ano de 2004, a receita destes impostos aumentou 400 milhões de euros. O que aconteceu posteriormente, foi que o Governo estava simultaneamente numa tentativa de diminuição do défice e ao mesmo tempo que esta receita foi aumentada, diminuiu as transferências para as empresas públicas que eram responsáveis por essas estruturas rodoviárias, como as Estradas de Portugal, etc. Para se ter ideia, ao mesmo tempo que, com esta alteração legislativa se aumentou em 400 milhões de euros a receita de impostos, o orçamento de estado diminuiu as transferências para essas empresas, as quais, em face aos custos que tinham assumido, como deixaram de ter transferências do orçamento de estado, tiveram de ir à banca. Assim, no ano de 2007 e no caso das Estradas de Portugal, as dívidas à banca passaram de 64 milhões de euros para 761 milhões de euros, ou seja, aumentaram 1072%. Fica assim demonstrado que a introdução das portagens aparece, não para pagar as obras, mas para suportar os custos de financiamento das Estradas de Portugal, como resultado da política desenvolvida pelo Governo do PS. -----

----- O deputado Eduardo Pinto disse que não tem dúvidas que o deputado Paulo Amaro tenha analisado o assunto, mas, o que de facto é conhecido, é que a proposta do Governo para a A23 e A25 continuava a ser de isenção. O que é facto, é que para estabelecer o acordo relativo ao PEC com o PSD, o PS continuava a defender a isenção destas auto estradas e os benefícios, ainda que diminutos, que foram consagrados, foi por iniciativa do PS e isto também importa referir. -----

----- De seguida usou da palavra o Presidente do Município que disse que esta questão do pagamento de portagens na A23 e na A25 vai ser má para nós cidadãos, mas sobretudo do ponto de vista dos fluxos turísticos e do ponto de vista do acréscimo de custo das mercadorias, o que irá significar perca de competitividade. É salutar que todas as forças políticas da Guarda e do Interior tenham princípios de actuação política que tenham a ver com o território e a sua especificidade. Depois há um jogo político, porque, como disse o deputado Paulo Amaro, as portagens nascem para suprir as receitas

das “Estradas de Portugal”, pois, na verdade, estas vão começar a pagar milhões no âmbito dos acordos com os concessionários que construíram as infra-estruturas. Não têm dinheiro porque o Estado prefere diminuir a despesa para encurtar o défice e não está interessado em dar às “Estradas de Portugal” o que os impostos lhe obrigavam a fazer. Se o país não estivesse com este endividamento e com as preocupações do défice, não havia necessidade de introduzir portagens. O PSD entende, que por razões de coerência, deve defender princípios universais e entendeu que deve haver um princípio de universalidade. Relativamente ao PS, o Sr. Primeiro-Ministro ainda no dia de ontem dissera que tinha a legitimidade dada pelas eleições para governar e ninguém o podia obrigar a governar com os programas dos outros partidos. Tem razão, mas questiona por que razão, neste caso, invocou o acordo feito com o PSD. Dava-lhe jeito e queria imputar as culpas para o PSD. O que importa é mantermos uma posição de coerência, porque na verdade o PSD e o PS da Guarda estão unidos contra a introdução de portagens. Se não lutarmos pelos nossos direitos, não são os políticos de Lisboa que os vêm defender. -----

----- O Presidente da Mesa disse que aquilo que o PS propôs para esta Moção, foi solicitar aos deputados eleitos pelo distrito, o desencadear de todos os mecanismos legislativos, tendo em vista a revogação do diploma. O deputado José Nascimento disse que deveríamos manter a situação alternativa. -----

----- O deputado José Nascimento interveio dizendo que não tem nenhuma relutância quanto a isso, mas, por precaução, apesar de não acreditar que a primeira parte seja aceite, aquilo que não é feito agora poderá vir a ser feito noutra altura. Aceita a inclusão da primeira parte, retirando a segunda. -----

----- Posto isto, o Presidente da Mesa disse que a proposta da Assembleia vai no sentido de que seja solicitado aos deputados eleitos pelo distrito, o desencadear de todos os mecanismos legislativos, tendo em vista a revogação do diploma. Colocou a Moção à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, congratulando-se com a inauguração do Quartel de Bombeiros de Vila Franca das Naves e que subscreve na íntegra os discursos que foram feitos, em particular o do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral Dr. João Rodrigues, mas pensa que teria ficado bem nesse discurso o agradecimento ao mesmo governo da realização da variante de acesso ao IP2 que efectivamente tornou Vila Franca muito próxima daquele itinerário. Também não sabe como é que se esqueceu de referir o desaparecimento do Agrupamento de Escolas, pois acha que a Escola é um elemento essencial naquela localidade. Disse que o Dr. João Rodrigues é vereador há vários anos e não consegue recordar-se de intervenções ou reivindicações feitas por ele ao tempo do governo do Prof. Cavaco Silva, ao tempo dos primeiros-ministros Durão Barroso e Santana Lopes. Mais disse que ouviu dizer ao Sr. Presidente do Município que devemos ser exemplos pelas acções, atitudes e não pela palavra. Nas últimas eleições presidenciais, ganhas pelo Prof. Cavaco Silva, no que concerne à nomeação das mesas, toda a gente sabe que para este acto eleitoral a competência da designação dos membros das mesas cabe ao Sr. Presidente da Câmara. Todavia, constatou que se mantiveram na generalidade, os nomes escolhidos para as mesas eleitorais das últimas eleições autárquicas de 2009. Porém, no caso de São Pedro um dos elementos foi substituído, nem mais nem menos, o Presidente da Mesa. Por curiosidade, tentou saber o porquê, e ele disse seriamente que não tinha sido convidado, mas, por coincidência, quem foi designado para presidir à Mesa de São Pedro foi um elemento da lista do PSD às eleições autárquicas de 2009. -----

----- O Presidente do Município disse que é discricionário o poder que a lei lhe confere, e em muitos casos, como aconteceu em Fiães e outras, delegou nas Juntas de Freguesia a indicação dos nomes, mas sente que de algumas

intervenções a esta parte que os elementos do PSD que aceitaram candidatar-se à Junta de Freguesia de São Pedro devem ser ostracizados, e é pena. -----

----- Interveio o deputado Nuno Rodrigues, mencionando que traz três assuntos que não são novos nesta Assembleia. Primeiro, a questão das piscinas municipais cobertas que se encontram encerradas desde Outubro de 2009 e, por este andar, já não será este ano que abrem. Questiona o que estarão a fazer os técnicos e as pessoas que estavam adstritas a este equipamento. O segundo assunto tem a ver com os contentores subterrâneos de lixo do Centro Histórico. O custo deste investimento foi cerca de 285.000€ e dos cerca de quinze contentores, só dois ou três estão a funcionar. Diria mais uma vez que se gasta muito dinheiro na obra e na construção. O ano passado, quando falou neste assunto, foi-lhe dito que estariam a funcionar em pleno no início do Verão de 2010, mas já quase passou um ano e nada foi feito para pôr a funcionar os restantes. O terceiro assunto tem também a ver com a inércia, pois aqui não há necessidade de gastar qualquer verba. Já várias vezes falou na publicação das actas, quer do Executivo, quer da Assembleia Municipal no site da Câmara e já aqui foi prometido que iriam ser publicitadas. Pois bem, as actas do Executivo foram publicadas até Julho de 2009. A partir dessa altura deixaram de constar do site da Câmara. Quanto às actas da Assembleia Municipal, só estão as deste mandato, e não estão todas. Referiu que sendo as actas de consulta pública, não percebe porque há tanta resistência na sua publicitação no site, pois permitiria a qualquer trancosense ou não, em qualquer lugar, consultar e saber como anda a vida municipal. Questiona se será só inércia ou algo mais que se anda a esconder, apenas para que não se saiba lá fora o que se passa nas sessões desta Assembleia. -----

----- O Presidente da Mesa disse que as sessões da Assembleia são públicas, por isso não há interesse nenhum em estar a esconder qualquer informação. Com toda a certeza que, por vezes, existem problemas técnicos ou informáticos que não se resolvem de um momento para o outro. -----

----- O Presidente do Município disse que a Câmara de Trancoso não tem nada a esconder e é de uma transparência que, às vezes, até o deixa perplexo. Quanto à questão das piscinas, trata-se de uma grande reparação, onde teve que se substituir todo o equipamento electromecânico, todo o equipamento de tratamento de ar e de água, e estas reparações levaram a que este assunto se tenha arrastado. A informação que tem, é que no final do mês de Março, princípios de Abril estarão abertas. Relativamente aos contentores subterrâneos, a sua instalação revelou em muitos casos um nível freático de água muito acima em Trancoso, com graves problemas de drenagem de água tendo de ser montados motores e bombas de água em praticamente todos os equipamentos, os quais neste momento já se encontram colocados e com vistoria da CERTIEL. Muito em breve, no próximo mês de Março, começarão a funcionar aqueles que precisaram desta bombagem de água. -----

----- Usou da palavra o deputado Joaquim Ribeiro, Presidente da Junta de Valdujo, elogiando a Feira do Fumeiro que de facto é uma boa promoção e traz muita gente a Trancoso. Entende que essa promoção terá que ser feita também ao nível do turismo para que possa trazer mais pessoas. Eventos como este têm de continuar a existir e em maior número, de forma a possibilitar não só a dinamização dos pequenos comerciantes que têm acesso à mesma, mas também à população local que passa a ter uma diversidade de oferta de determinados produtos que se calhar, no seu dia a dia, não possui. Questionou o Presidente do Município de quais os resultados da promoção que foi feita em Telavive, relativamente à rede portuguesa de judiarias promovida pela TuriEstrela. Relativamente aos comunicados políticos recentemente divulgados, disse que normalmente, tenta manter-se um pouco à margem, mas neste caso não o irá fazer porque o

primeiro comunicado refere-se à maioria do PSD, na qual ele se encontra. Não vai discutir o gabinete de apoio à presidência, nem as pessoas que lá estão, porque são lugares de nomeação política. O grupo municipal do PS também poderia pôr em causa as nomeações feitas pelos executivos dos municípios do PS, e não só, as parcerias público - privadas, as empresas públicas, o aumento da despesa corrente a que assistimos e que levaram o país ao estado em que estamos. Mencionou que faz parte desta Assembleia há nove anos, e nunca viu o grupo municipal do PS apresentar uma proposta concreta, quer seja para as Grandes Opções do Plano, quer seja para contribuir para o desenvolvimento do concelho de Trancoso. Também teve a preocupação de saber se os senhores vereadores tinham votado contra as obras que agora criticam e que são a causa do endividamento do Município, dando o exemplo da barragem, do pavilhão multiusos, da central de camionagem. Ou seja, insistiram para que se faça a obra, aprova-se em reunião de câmara e depois critica-se a forma de execução. Isto não faz sentido. O segundo comunicado para ele, em vez de ser verdadeiramente falando, para ele é demagogicamente falando. Ficou sem saber se era um comunicado ou um interrogatório, tendo em conta os pontos de interrogação. Questionou que depois de verificarem que a notícia do “Jornal I” não produziu os seus frutos, se decidiu o grupo municipal do PS a fazer o interrogatório. Referiu que na última sessão, o Sr. Presidente preocupou-se em demonstrar quais os números concretos do custo efectivo das obras. Todos sabemos que temos de separar o custo da obra do custo de financiamento. Quando compramos uma casa por 100.000€ e pedimos um empréstimo, ele não custa 100.000€, mas custa sim 225 000€. A questão que se põe, é se o grupo municipal do PS, independentemente da forma de financiamento, concordou ou não com as obras realizadas. Também concorda que os custos a pagar ao longo dos 25 anos são demasiado dolorosos, e também antecipa que os mesmos vão criar muita pressão de tesouraria, mas na última sessão o Presidente do Município também disse que estava em curso um processo de saneamento. Relativamente à questão do Palácio Ducal defende que não há localização melhor. Entre comprar ou deixar continuar aquele edifício com aquela amplitude em degradação, concorda com a sua aquisição. O que o preocupa não é o preço pago, mas sim a questão da compensação dos 200.000€, se foi prevista contratualmente com a DUCALGEST. Relativamente à iluminação pública, por aquilo que vê no comunicado, calcularam o valor do candeeiro, dividindo a previsão da receita pela totalidade dos candeeiros, o que é absurdo. O que irá reflectir a despesa realizada nesses candeeiros será a taxa de execução e a verba efectivamente gasta. Não se pode de forma alguma sob o pretexto do “verdadeiramente falando” atirar terra para os olhos das pessoas porque a maior parte do que está no comunicado, está descontextualizado e não reflecte a verdade. Dirigindo-se ao Presidente do Município, lembrou que existe a questão urgente da reestruturação e do saneamento financeiro para libertar e afastar os problemas de tesouraria. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga, comentando a intervenção que o Presidente do Município fez, relativamente à transparência da Câmara e às actas, lembrando uma célebre reunião que se realizou no dia 8 de Outubro de 2009, cujo conteúdo nunca viu nem assinou como vereador. Gostava de saber se essa acta existe, porque ela nunca foi submetida a aprovação, nem o seu conteúdo saiu cá para fora. Relativamente à intervenção do deputado Joaquim Ribeiro, mencionou que lhe parece que está muito agoniado com os comunicados do PS, mas provavelmente vai continuar a agoniar-se com comunicados desta natureza, porque não irão ficar por aqui. Compreendem também o ardor na defesa desta política, porque conhecem as razões que estão por detrás desse empenhamento na defesa da política autárquica local. Referiu ainda que na última sessão da Assembleia Municipal, o deputado João Baptista fez uma intervenção na qual revelava bastante desconforto, com a atitude de alguns deputados, por não terem defendido as posições do Presidente do

Município do ataque que foi feito à CMT pelo “Jornal I”, porque entendia que esta política merecia o apoio de todos. Disse que é um ponto de vista do qual não partilha. Isto vem a propósito de no dia anterior ter visitado o Museu do Côa que é um equipamento extraordinário que sem qualquer campanha promocional recebeu cerca de 23 000 pessoas desde Agosto em que foi aberto ao público. Acrescentou que já foram faladas a A23, a A25, o Museu do Côa, o Hospital Distrital da Guarda, o túnel do Marão e tantos outros equipamentos, o IP2 a norte de Celorico da Beira, isso sim, equipamentos que revelam o empenhamento dos governos socialistas na defesa do Interior. Acha que da mesma forma que o deputado João Baptista considerou que era ingrato da parte dos membros do PS não exaltarem as medidas do Presidente da Câmara, também é muito ingrato por parte daqueles que vêm sistematicamente criticando a falta de medidas de discriminação positiva para o Interior, não lembrarem essas obras feitas pelo governo socialista ao longo dos últimos anos. -----

----- Em direito de resposta à intervenção do deputado Amaral Veiga, o deputado Joaquim Ribeiro disse que esta é a sua forma de falar e de estar. Mas se lhe souber dizer quais os motivos para achar que está angustiado, agradeceria que lho dissesse pois desconhece. -----

----- Usou da palavra o Presidente do Município, referindo que o PS tem vindo a falar na parceria público-privada e a relacioná-la com um endividamento excessivo da Câmara de Trancoso. Gostaria de dizer que num momento em que o país está super endividado, os bancos não têm liquidez, as empresas, as instituições e os particulares super endividados, em que a dívida pública nacional ronda os 100% do PIB e a dívida total do Estado Português são 230% do PIB nacional, é uma questão muito séria falar de endividamento. A parceria público privada traduz-se numa despesa anual de cerca de 900.000€ de capital num orçamento de alguns milhões, não tem relevância num ponto de vista financeiro. Se fosse despesa corrente teria alguma, mas como se trata de uma despesa de capital não tem tanta relevância. Disse que o Município de Trancoso é aquele que está na mais folgada situação financeira de todas as Câmaras do distrito da Guarda, para além de que, em termos de endividamento, todos os anos têm sido analisados os endividamentos dos municípios, e nesses relatórios não consta o Município de Trancoso. Isto não quer dizer que não esteja endividado como está o Estado, todas as autarquias, as empresas, etc. Do ponto de vista da despesa corrente, muitos Municípios do distrito não aguentam aquilo que são os encargos com as “Águas do Zêzere e Côa” e estariam com impossibilidade de já no próximo Orçamento, cabimentar qualquer despesa corrente para vencimentos. Trancoso está muito melhor do que qualquer outro município do distrito da Guarda. Sobre as PPP, ao contrário de alguns que dizem, estas são modelos de financiamento que não têm sentido, pois defende as PPP desde que o resultado do sacrifício financeiro seja comportado pela respectiva capacidade de endividamento municipal. Tal como um empréstimo, o mal não está em se recorrer a um empréstimo, mas sim em querermos um empréstimo superior à capacidade que temos para o pagar. Agora era impossível fazer obras sem empréstimos. No caso do Município de Trancoso, a PPP estava aprovada para executar sete investimentos, dos quais só foram executados três para ter um custo de obra de 7 500 000€, em vez dos 22 000 000€. Reduziram as obras, porque até este compromisso, o Município consegue pagar, mas se se executasse a totalidade dos investimentos, não sabe se conseguiriam pagar. Por isso tiveram o bom senso de reduzir a PPP a 1/3, quer do ponto de vista dos equipamentos a construir, quer do ponto de vista do custo financeiro desta parceria. Referiu que este custo financeiro é facilmente pagável como despesa de capital, no contexto dos nossos recursos de capital e das nossas despesas de capital. Não gera nenhum problema ao contrário do que gera, como referiu, no conjunto das outras câmaras a questão das “Águas do Zêzere e Côa”, sendo que nós pagamos uma despesa de capital e eles pagam uma despesa corrente. Quando o PS fala

de herança, não sabe se querem assumir isto como herança, porque na política não há herança, em política têm que disputar eleições e vencerem eleições. Mas a verdade é que o próximo Presidente da Câmara recebe uma Câmara em melhor situação financeira do que todas as outras do distrito, com a possibilidade de ter um equilíbrio na receita e na despesa corrente e de ter um custo da parceria que é facilmente pagável. Ligar a PPP à questão do endividamento, podem dizer o que entenderem, agora tem de haver consenso, não pode haver demagogia num contexto em que o país está super endividado. Temos de começar a pensar como podemos contribuir como cidadãos para que efectivamente o país possa sair de uma situação que vai levar dez a quinze anos até que possamos recuperar. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município. -----

----- Este referiu que a questão dos comunicados do PS merece ainda algumas considerações. A questão da parceria, a questão do programa da regeneração urbana e a questão dos candeeiros são apresentadas como problemas deste sétimo mandato, mas são questões que advêm do mandato anterior. Portanto, há aqui uma primeira falsidade. A comissão concelhia do PS fala da questão dos candeeiros e questiona se estes não poderiam ser diferentes e ter outro custo. Era preciso dizer que a 19/10/2006 os vereadores do PS aprovaram um projecto e o seu custo. Depois, pela acta da reunião ordinária de Câmara em 10/09/2009, os senhores vereadores do PS e PSD, por unanimidade, aprovaram os candeeiros e também o montante a que foram a concurso e a adjudicação por esse valor. Fala-se porque é que o Programa da Regeneração Urbana não contemplou outras obras, mas o mesmo foi discutido publicamente neste auditório mais do que uma vez, apresentado publicamente e continha a iluminação do Centro Histórico, pelo que nem na Câmara, nem na Assembleia Municipal, ninguém questionou o projecto da regeneração urbana. Relativamente à aquisição do Palácio Ducal, é uma decisão do actual mandato, e sobre esta disse que escreveu e mantém que o Palácio Ducal foi avaliado em 500 000€ e proposta a aquisição ao Sr. Manuel Pinto por este valor. O edifício que era do Sr. Ferreira, com as instalações da antiga serralharia, foi avaliado em 200 000€, que foi o preço documentado das negociações que envolveram o Sr. Manuel Pinto. Depois há uma verba de 200 000€ que corresponde àquela que o Sr. Manuel Pinto irá devolver e que tem a ver com as indemnizações pela ocupação do Palácio Ducal. Disse que, como Presidente da Câmara, participando na reunião, quando feita a instalação da Escola Profissional, a Câmara assumiu em acta o pagamento das indemnizações ao Sr. Manuel Pinto como condição de cedência desse edifício à EPT. Respondendo ao deputado Joaquim Ribeiro, afirmou que tal como lhe basta a palavra do Sr. Manuel Pinto para dizer que vai devolver os 200.000€, (que aliás está no contrato de incentivos o direito de a Câmara os receber), assim se sente vinculado ao cumprimento de uma palavra e a uma deliberação da Câmara que votou de boa fé. E quando vota alguma coisa é responsável pelo seu cumprimento. Admite que o PS possa discordar dos valores, mas os 500.000€ acordados com o Sr. Manuel Pinto tiveram por base uma avaliação do edifício que foi feita pelo Engº João Luis no valor de 450.000€. Disse que é Presidente da Câmara de Trancoso, responsável por um programa e irá até ao fim na execução dos compromissos eleitorais que assumiu com os trancosenses e aquele palacete irá ser reabilitado para Museu da Cidade. Não entende muito bem porque é que os comunicados lhe são dirigidos pessoalmente porque já não será candidato às próximas eleições. Disse ao Presidente da Mesa que entende que seria útil que o Vice-Presidente do Município, Dr. Oliveira, pudesse fazer a abordagem de um problema que tem a ver com a Escola Profissional de Trancoso e que, do ponto de vista da actividade autárquica, lhe parece relevante. Sobre a actividade Municipal disse que foi enviada por escrito aos deputados e estará disponível para

responder a essas e outras questões. -----

----- Interveio o Dr. Oliveira, referindo que tinha solicitado ao Sr. Presidente da Câmara para tecer algumas ideias ou preocupações sobre a EPT, pese embora o facto de ele ser Presidente do Conselho de Administração. Como se sabe, a EPT nasceu em 1989 como um processo e projecto regional. Em 1997 isso acabou por ser reconhecido com o financiamento de uma escola que permitia albergar 18 turmas. Desde a sua fundação que a EPT sempre teve centena e meia de alunos alojados, para além de outros que eram transportados diariamente a partir dos concelhos limítrofes. As escolas profissionais regionais foram financiadas para esse efeito com infra-estruturas. Isto foi posto em causa com a mudança de uma política no que respeita ao ensino profissional. Hoje em todos os concelhos à volta, qualquer escola C+S ou secundária, no respectivo concelho, tem duas ou três turmas por ano. Só aqui à volta, com as escolas de Aguiar da Beira, Mêda, Pinhel e Semancelhe temos 10 ou 12 turmas, e isso reduziu o número de alunos. Simultaneamente, na sede do distrito, nas escolas C+S e secundárias do concelho da Guarda, foram abertas novas 16 turmas e eventualmente que isto se veio a reflectir na EPT. Há dois anos tinham 18 turmas, o ano passado terminaram o ano com 17, tinham uma reposição de 6 turmas e apenas conseguiram repor 3 turmas. O que se perspectiva para o futuro, na sua opinião, pode pôr a médio prazo, em causa a existência da EPT, isto porque o sistema de financiamento mudou. Sabem que para o próximo ano não há qualquer financiamento para alojamentos, apenas, excepcionalmente, serão suportados financiamentos de alojamentos em áreas de residência dos respectivos alunos onde não haja qualquer oferta formativa. Para os novos alunos do próximo ano lectivo haverá uma redução ao suporte com o custo dos transportes escolares. Para este ano têm uma verba que ronda os 54€\mês para os transportes escolares e estão a gastar cerca de 57€, pois têm transportes de alunos de Penedono, Semancelhe, Aguiar da Beira, Celorico, pelo que a verba atribuída é claramente insuficiente. Disse que a CMT teve um custo médio por cada aluno transportado do concelho que rondou os 46,81€. Para o próximo ano lectivo as escolas profissionais apenas vão ter 43€ mensais por transporte de aluno. É menos do que o Município gasta para transportar os alunos do concelho, quanto mais para transportar alunos que não sejam da zona. Por isso, está convicto de que se abrirem apenas três turmas no próximo ano, irão ter problemas graves porque sobram professores, auxiliares da acção educativa e, seguramente, administrativos. Com estas regras, sem alojamento para os novos alunos, com estas deduções a nível dos transportes, dúvida que não consigam abrir sequer as três turmas, o que poderá pôr em causa, a médio prazo, a existência da EPT. -----

----- Usou da palavra o deputado Amaral Veiga, mencionando que relativamente à afirmação do Presidente do Município acerca dos candeeiros em que os vereadores tinham votado o preço dos mesmos, faz-lhe lembrar uma outra que fez quando foram a uma campanha a Palhais nas últimas eleições, em que depois do PS ter intervindo disse: “Os senhores socialistas votaram contra a construção de uma escola aqui em Palhais”. Referiu que é engraçado que o Dr. Oliveira tenha vindo falar sobre os custos que a CMT faz em transportes e qualquer dia não temos EPT. Era bom que antes de admitir mais um chefe de gabinete, um adjunto, um secretário, se pensasse que também era uma forma de arranjar dinheiro para esse tipo de investimentos, esses sim muito importantes. Referiu ainda que estar a colocar na actividade da Câmara, “investimentos em execução” e dizer nesses “rede de água e saneamento de Moreira de Rei”, é uma ofensa, uma agressão às pessoas de Moreira de Rei, porque esta obra encontra-se suspensa há mais de um ano. ---

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que compreende que às vezes a verdade incomoda, mas o que o Presidente do Município gostava, era que o deputado dissesse que naquela reunião os vereadores votaram, e que se

fosse mentira, agora dizer a verdade era a sua obrigação. O PS, nesta Assembleia, esteve contra a escola em Palhais e na Câmara também. Quanto à questão da rede de água em Moreira de Rei, foi adjudicada e foi suspensa pela questão da arqueologia mas o facto de estar suspensa, não quer dizer que não esteja em execução porque está em execução algo que diz respeito ao acompanhamento da obra que são os trabalhos de arqueologia. Concorde com os investimentos que o Governo do PS fez no interior do país, também é certo que nestes últimos 15 anos, o PSD esteve no governo dois anos e meio. Relativamente ao Museu do Côa disse que os 23 000 visitantes são um número simpático, mas em Trancoso tivemos o ano passado 42 000 visitantes registados no posto de turismo e o castelo registou 15 000. Neste contexto, os equipamentos museológicos previstos são uma componente que faz sentido. -----

----- Usou a palavra o deputado Joaquim Ribeiro, referindo que é necessário mais, não obstante as dificuldades que o país atravessa. O circuito que é oferecido aos turistas é muito limitado, porque se limita ao Centro Histórico de Trancoso. O turismo tem de ser expandido para as 29 freguesias do Município, para que se obrigue esses turistas a ficar pelo menos mais um dia em Trancoso, e não será necessário um investimento significativo para que isso aconteça. Temos paisagens que nos permitiriam criar circuitos pedestres, temos história espalhada pelo concelho que nos permitiria criar pólos de visita. Pediu depois ao Presidente do Município para publicar as actas de reunião de câmara porque nos comunicados elaborados pelo PS, é posta em causa a actividade municipal. Deu o exemplo da Barragem, o Pavilhão Multiusos, a reabilitação do Centro Histórico, a taxa de execução de saneamento e de abastecimento de água em todo o concelho, Piscinas, Cinema e Centro Cultural que foram obras feitas pelo Sr. Presidente nestes 26 anos de mandato. Disse que é necessário reestruturar a política do incentivo ao investimento porque temos uma Escola Profissional que tem alguns cursos de electrónica e telecomunicações, electrónica audio , video e TV, frio e climatização, informática e gestão. Estes são cursos virados para áreas de desenvolvimento que talvez possamos implementar. Sugeriu ao Executivo que pensasse num programa de incentivo à criação de empresas à semelhança do que é feito por exemplo em Coimbra pelo Instituto Pedro Nunes onde nasceram duas das maiores empresas nacionais, a Crioestaminal e a Critical Software, empresas que nasceram dentro de quatro paredes, só que as pessoas quando pretenderam investir, em vez de lhes darem dinheiro, deram-lhes conhecimentos. Numa escala mais reduzida, podia-se tentar que o actual programa de investimentos assentasse nos mesmos moldes. Temos uma empresa em Trancoso que hoje coloca produtos em todos os hipermercados do país que é a “Casa da Prisca”. Talvez aproveitar os conhecimentos, a forma de gestão, para fazer outras empresas de produtos que aqui são produzidos e que têm alguma qualidade superior a tudo aquilo que encontramos, para que as pessoas possam investir na comercialização desses produtos e no desenvolvimento das empresas. A EPT desenvolve dois cursos actualmente apetecíveis que são em termos de electrónica e telecomunicações, susceptíveis de expansão para mercados emergentes a exportação desses serviços. Se apostarmos talvez consigamos dinamizar a economia e a criação de emprego e de mais empresas em Trancoso. Referiu que quando falou na Ducalgest nunca pôs em causa a questão da compensação do pagamento dos 200.000€ por parte do Sr. Manuel Pinto. A única questão que tinha colocado é se isso tinha sido salvaguardado. Uma vez que o Sr. Presidente disse que a palavra do Sr. Manuel Pinto basta, não tem que o questionar mais, na certeza, porém, que um contrato é um contrato e formalismo a mais não prejudica. -----

----- Interveio o deputado Paulo Leocádio, pedindo ao Sr. Presidente da Mesa que lhe enviasse as cópias das actas referidas pelo Presidente do Município para uma leitura mais atenta porque todos nós, por vezes, votamos situações que

no dia a seguir, se reflectíssemos melhor, não votaríamos da mesma forma. Disse também já ter ouvido aqui ao Sr. Presidente da Câmara que o posto da GNR era o melhor sítio para o museu, depois passado um mês já era o Palácio Ducal. A verdade é que não ouviu ninguém desmentir o comunicado da Comissão Política do PS que subscreve na íntegra. Sugeriu ainda que fosse debatida numa próxima sessão da Assembleia, a reestruturação do ordenamento do concelho de Trancoso, o papel das juntas, a dimensão destas e a sua regeneração. Acha que seria bom debaterem este assunto, tal como a questão da educação que foi debatida há três ou quatro anos, mas mais uma vez foi uma sessão que acabou à meia-noite e não deu em nada quando foi da Carta Educativa. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, referindo que, quanto ao comunicado, subscreve-o na íntegra e acha que não era para ser comentado aqui. Se tinha alguma inverdade só tinha de ser desmentido pela mesma forma. Quanto aos candeeiros sempre disse que considerava um mau investimento, tendo em conta a altura em que está a ser feito, as carências que existem a outros níveis e as obras que seriam possíveis fazer com esse investimento. Quanto às PPP sempre disse que são um negócio ruinoso, aliás, os mais diversos comentadores televisivos dizem isso, o próprio Tribunal de Contas, e algumas são até casos de justiça. Quanto ao Palácio Ducal, também sempre disse que era um negócio ruinoso e a prova que isso é verdade, uma vez que o vendedor está presente, poderá dizer se teve alguma outra proposta de igual montante ou parecido sequer. Recordou que já houve outros imóveis de interesse público que tinham história e cujo investimento era muito menor, em que a Câmara não pegou. Deu o exemplo do Quartel do General Beresford, e também defende que as antigas escolas primárias deveriam ser um espaço a utilizar e acabaram por ser cedidas à Empresa Municipal, podendo ser objecto de intervenção para um qualquer museu e a custo zero em termos de terreno. ---

----- O Presidente do Município disse que o Trancoso que ele quer, comparativamente ao Trancoso que o deputado quer, têm escalas completamente diferentes. -----

----- O Deputado Eduardo Pinto respondeu que é muito fácil sonhar com o bolso dos outros. Relativamente à actividade municipal que foi enviada, disse que mais uma vez se mostra incompleta porque é obrigação da Câmara facultar esta informação, mas também dela deve constar informação quanto à situação financeira do Município. Solicitou ao Presidente do Município para que tivesse em conta o Bairro da Sr.ª da Fresta porque existe a necessidade de asfaltar algumas das ruas, embora tenham sido tapados os buracos, mas, fruto do tempo, foi um investimento que não resultou. Relembrou a necessidade de implementar o projecto da requalificação do espaço que está junto ao cemitério, que daria outra beleza à zona e ao próprio bairro. Questionou o porquê do atraso do pagamento das transferências trimestrais para as Juntas de Freguesia, como também ainda está em atraso o quarto trimestre. Abordou a questão do isolamento de idosos que se tem vindo a verificar, pensa que tem de haver uma reflexão sobre esta questão, porque os lares cobram mensalidades elevadas e talvez a Câmara tenha de prestar alguma atenção e intervenção a isso pois num país que tem um ordenado mínimo de 485€, onde as famílias vivem as dificuldades que vivem, não é possível os idosos suportarem mensalidades de 600 ou 700€ mensais, mais despesas de medicação. Também o preocupa o facto de jovens com formação superior não vislumbrarem qualquer oferta de emprego. Tem algumas reticências quanto à defesa que tem vindo a ser feita das contribuições do turismo para o futuro do país e em particular para as zonas do interior. Questionou o Presidente do Município se corrobora com a opinião do Presidente da Covilhã, Dr. Carlos Pinto quando diz, no que concerne ao seu concelho, a propósito de um investimento que irá ser feito pela Portugal Telecom na cidade da Covilhã: “sinto que estamos a lançar bases de economia sólida para a cidade e para a região, que gostaria que outras entidades regionais também

reproduzissem com a imaginação que a Covilhã tem dado provas, com realidades e não artificialidades, com empresas e não com administração pública, num esforço para valorização desta parte do nosso país com mais economia empresarial e menos estado. No que concerne ao turismo, é quase sempre apontado como a panaceia para a solução de todos os problemas económicos da região. Qualquer autarca aponta o turismo como solução, à falta de alternativas e ideias para a criação de emprego e desenvolvimento do seu concelho. Todos achamos que a nossa região tem enorme potencial turístico, da paisagem à gastronomia, da cultura ao património e que o sector irá crescer, não se sabe é quando. Ouvimos todo o género de discursos e conhecemos várias apostas, supostamente determinantes para a atracção de visitantes, mas a verdade é que os turistas continuam a não vir, ou vêm poucos. Talvez fosse bom reflectir sobre o assunto e analisar se as opções de investimento e promoção têm retorno e se a estratégia que vem sendo definida é profícua e do interesse dos nossos concelhos. Na BTL, vamos poder ver algo de novo e ambicioso na promoção da região, ou vai continuar tudo na mesma, até porque somos gente hospitaleira que sabe receber”. Questionou o Presidente do Município se também considera que a região e Trancoso podem beneficiar, e se acha meritório este investimento por parte da Telecom no interior, neste caso no Município da Covilhã. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que o que a Câmara da Covilhã conseguiu com a PT, vai permitir emprego a 500 licenciados de informática. É uma grande vitória do Presidente da Covilhã e uma derrota, por exemplo, do Presidente da Câmara da Guarda que não conseguiu esse investimento porque a escala que a PT exige, não é uma escala como a de Trancoso. Trancoso não estava em competição. Agora, Trancoso tem um projecto de planeamento do seu investimento até 2020 que diz que tem no comércio, nos serviços e no turismo, os três eixos fundamentais do seu desenvolvimento. Aquilo que distingue Trancoso, nem é tanto o património, mas sim o comércio e as feiras. O turismo não pode ser o único factor de desenvolvimento e quem pensar assim está enganado. No que diz respeito à população idosa do concelho disse que não há nenhum idoso que, por falta de meios financeiros, não tenha tido acolhimento nos lares da Misericórdia. Muitos estão lá apenas pela pensão, e alguns mesmo sem pensão. Como é evidente, as IPSS têm de ter o mínimo de rendimento porque só assim conseguem a sustentabilidade. No que diz respeito aos jovens, é certo que governar e gerir um Município hoje, tal como governar uma empresa, é extremamente difícil. Temos a circunstância de estar num contexto de despovoamento do interior, custos acrescidos para quem produz, longe dos mercados, e é muito difícil para qualquer Executivo, seja que de cor for, conseguir vencer neste contexto, conseguir que os jovens fiquem e que se aumente o nível da qualidade de vida. Pensa que, apesar de tudo, entre a capacidade produtiva instalada, entre os esforços que têm sido feitos, entre a estratégia que tem sido adoptada para dinamizar os fluxos que contribuem para quem vende, comércio, serviços, etc, a verdade é que temos uma das mais baixas taxas de desemprego nesta região e relativamente aos jovens, independentemente do que se consiga a nível nacional, está convencido que é preciso mudar de paradigma e cultura para que estes possam ter uma resposta que lhes permita o desenvolvimento do seu próprio negócio ou empresa. A Câmara Municipal terá de ter um papel activo na procura de estimular essas capacidades de desenvolvimento de projectos para criação do próprio emprego, porque cada vez mais vai haver menos emprego na função pública, Estado e autarquias. -----

----- Interveio o deputado Leonel Alves que disse que não poderá deixar de agradecer em tudo o que a Câmara contribuiu para que o Quartel de Bombeiros fosse uma realidade em Vila Franca das Naves. Quanto à aquisição de equipamentos para projecção de cinema no Centro Cultural Miguel Madeira, gostaria de para o ano que este assunto já

estivesse em “obras executadas”, porque, por vezes, arrastam-se em “obras em execução”. Disse ainda que se devia melhorar a sinalização na zona de acesso ao IP2, sentido Trancoso – Bragança, pois iria dar movimento a todo o concelho. Relativamente ao Palácio Ducal, chega à conclusão que o ramo imobiliário em Trancoso não está muito mau, porque realmente o valor é lisonjeiro. Não tem dúvidas que o Sr. Manuel Pinto é uma pessoa de bem, mas quando fizerem a escritura que façam a chamada “compensação”. Quanto à questão da palavra, disse que não se esquece que uma vez o Sr. Presidente do Município lhe disse: “Sabe que isto na política hoje é uma coisa, amanhã é outra. Por vezes a gente promete e não é bem assim”. Disse ao Presidente do Município para honrar sempre a sua palavra porque independentemente da política, honremos sempre a nossa palavra porque é isso que nos marca como homens. Se honrarmos a nossa palavra, teremos uma sociedade mais justa, a todos os níveis. -----

----- Usou da palavra o deputado João Baptista, solicitando ao Presidente da Mesa a reflexão do legislado sobre as faltas dos deputados. Relativamente à última acta, não se sente bem, lendo nela que considera faltosas três pessoas conforme passou a citar: “Consideram-se ainda faltosos, nos termos do nº2 do Art.º 30º, do Regimento da Assembleia Municipal – o qual prevê que: *“Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo”*, os deputados municipais Mário do Carmo Lopes Castela, Manuel Pinto, membros do Grupo Municipal do Partido Social-Democrata e o Sr. Hélder Jorge Baptista, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria.” Disse que já em tempos trouxe este assunto, porque discorda dele, até porque depois entramos no contraditório, uma vez que na pág.5 refere: “Interveio o deputado Mário Castela...”. Pensa que valeria a pena numa próxima sessão da Assembleia abordar esta situação porque tem alguma deselegância. Um membro que esteve até esta hora, por exemplo, e que por qualquer razão, se tenha de ausentar, está considerado faltoso. Apelava que conseguissem dar outro entendimento a este ponto do Regimento. Relativamente à situação levantada pelo deputado Amaral Veiga que se devem enaltecer momentos, disse estar à vontade nessa matéria, muito embora tenha sido frisado o seu nome porque na última sessão de 29 de Novembro, enalteceu o Governo relativamente ao IP2. Congratulou-se com o Quartel de Bombeiros de Vila Franca das Naves que era um investimento que tinha sido prometido e que em tempos se duvidava que fosse possível concretizar. Hoje está concretizado. Trancoso deve estar atento a uma possibilidade de outro investimento que é a concretização do Quartel de Bombeiros de Trancoso. Julga que as coisas estarão no bom caminho, mas apela à Câmara para que seja o interlocutor para que esta possibilidade se torne uma realidade. Solicitou ainda ao Sr. Presidente se era possível pedir outro horário para o Inter-Cidades parar em Vila Franca das Naves, isto porque com o IP2, será mais fácil agora chegar a esta vila. Sobre os comunicados, não iria dizer nada, se bem que na sua opinião não deve haver uma resposta e contra-resposta. Há-de chegar o momento em que a verdade virá ao de cima e cada um fará o seu juízo. No tocante à fixação de jovens com a criação de postos de trabalho, disse que não percebeu muito bem quando foi publicitada a situação de novos empregos em Trancoso, e está a referir-se ao Presidente da Junta que publicitou a situação dos empregos. Julga que fixar jovens é importante e pensa que esses concursos são também uma oportunidade para fixar jovens, por isso não critica se a Câmara fez a criação de mais 50 postos de trabalho. Em termos de sinalética, solicitou uma melhor sinalética no Chafariz do Vento. Disse que faria todo o sentido arranjar um programa para as comemorações do feriado municipal que se realiza a 29 de Maio no planalto de São Marcos. Referiu também uma notícia que saiu no jornal “Correio da Manhã” de 11 de Novembro de 2010, com o título “Sócrates nunca deixa um camarada pendurado” e que está a referir-se ao antigo

deputado desta Assembleia, Eng.º Fonseca Ferreira, que passou a ler: “. Fonseca Ferreira concorreu a Palmela e perdeu, mas não ficou pendurado. O Governo Socialista inventou uma empresa pública muito peculiar e deu-lhe o lugar de presidente. A dita, chamada de “Arco Ribeirinho Sul” tem por missão a requalificação da margem sul do Tejo, mas acontece que não tem nada para fazer. Além do Presidente, há dois vogais e uma secretária, mas não contente com isso , o Executivo inventou mais duas subsidiárias da empresa de Fonseca Ferreira sediadas no Seixal e em Almada, que também não têm nada que fazer. Como se vê não há crise, nem juros de dívida pública que parem a enorme capacidade de imaginação deste Governo”. -----

----- Usou da palavra o deputado Nuno Rodrigues, afirmando que o assunto de que o deputado João Baptista falou, estava enquadrado no período antes da ordem do dia. Houve uma má gestão do tempo por parte do PSD e não teve tempo para falar. Deram-lhe oportunidade para fazer uma pequena abordagem, só que toda a intervenção dele não foi sobre a actividade municipal, mas era matéria para o período antes da ordem do dia. Estava indignado porque muitas vezes é cortada aqui a palavra a muitas pessoas e o que é certo é que este deputado continuou a fazer a intervenção. Já houve mais vezes em que ficaram temas por debater porque não houve tempo. -----

----- Usou da palavra a deputada Sandra Ribeiro, mencionando de novo a EPT em que o deputado Amaral Veiga, um bocadinho em tom irónico, relacionou a questão do gabinete do Dr. Júlio, com a questão do dinheiro a poupar, para dar à EPT. A questão da Escola não é só uma questão de gestão do dinheiro, é uma questão das directrizes que o Ministério da Educação está a tomar, ou seja, as escolas secundárias estão a ter os mesmos cursos que existem no ensino profissional, o que vai provocar a falta de alunos para os dois ramos de ensino. Se não tivermos a colaboração de todos, a EPT que existe há 23 anos, deixará de existir. -----

----- Em direito de resposta, o deputado Amaral Veiga disse que a deputada não deve ter percebido o alcance das suas palavras e que o problema está em todos nós, nele cada vez menos, mas não no caso da deputada, em fazermos mais meninos. -----

----- O Presidente do Município disse que o assunto da EPT compreende-se à luz, como a deputada disse e muito bem, de uma decisão política do Governo em colocar o Ensino Profissional em todas as escolas secundárias. Isso inviabiliza, a médio prazo, todas as escolas profissionais. Nesse contexto, disse que irá mediar o esforço entre o Agrupamento de Escolas e a EPT, no sentido de conjugar vontades e ofertas que sejam complementares mas não concorrenciais, pelo menos para encarar com seriedade em Trancoso esta questão que tem a ver mais com o número de alunos do que propriamente com a gestão financeira. -----

----- Interveio, em seguida, o deputado Paulo Amaro, sugerindo que em futuros comunicados que a Comissão Política concelhia do PS faça, mencione quais são as suas propostas alternativas. Percebendo que não concordam com o modelo de financiamento que foi escolhido para as obras citadas no comunicado, questiona então se o PS estivesse no poder em Trancoso se tinha executado ou não as mesmas e com que modelo de financiamento. Já por várias vezes ouviu nesta Assembleia membros do grupo municipal do PS dizerem que estão de consciência tranquila quanto à parceria e à Empresa Municipal, porque votaram contra a sua criação. No entanto, candidatando-se, conforme têm vindo a fazer e certamente farão no futuro, devem dizer como pretendem “gerir” esta herança, como, por exemplo, o que fariam com a Empresa Municipal, o que fariam relativamente à gestão dos recursos humanos da Câmara Municipal, porque criticar por criticar não é suficiente. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem de trabalhos. -----

----- Interveio o deputado Leonel Alves referindo que não sabe que estrada é mas pensa que é aquela que vai para a Velosa. Se está arranjada, indaga porque é que se fala em reparação. -----

----- O Presidente do Município respondeu que a estrada que liga Vila Franca das Naves à Velosa foi objecto de um concurso pela Junta de Freguesia, mas esta precisa que a Câmara lhe dê um subsídio. Têm por regra que os subsídios maiores que são destinados às Junta de Freguesia, devam ter transparência em termos de plano orçamento. -----

----- Não havendo mais intervenções e colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos. Parece-lhe que este assunto já foi discutido, mas abriu um espaço para intervenção. A pedido do líder da bancada do PS, deu três minutos para a bancada se reunir. -----

----- Interveio o Presidente do Município, referindo que o que está em causa resume-se ao parágrafo: “É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”-----

----- Não havendo mais intervenções e colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada com 29 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções. -----

----- O deputado Amaral Veiga em declaração de voto disse que o Grupo Municipal do PS votou contra a subscrição deste manifesto por ter discordado da metodologia utilizada. Abre-se aqui um precedente em que qualquer dia, qualquer associação sindical ou de outra natureza envia para esta Assembleia uma qualquer proposta e através da vontade do Executivo ou de alguns elementos, vamos transformá-la em proposta para debate. O PS pede meças a qualquer partido nacional e a qualquer instituição sobre a defesa da escola pública. Tem-no feito ao longo dos anos, já os seus antecessores e os republicanos foram os grandes defensores da escola pública. Há bem pouco tempo, numa manifestação do que é a defesa da escola pública, inaugurou 100 escolas novas para investir no ensino de natureza pública. Daí que votam contra, não contra a escola pública, mas contra esta forma de metodologia utilizada. -----

----- Não havendo público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida, discutida e aprovada, irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia –

----- O Primeiro Secretário –

----- O Segundo Secretário –

